

ATA Nº 91/2017 DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS

No dia treze do mês de junho de 2017, nas salas 06 e 07 do 13º andar do Edifício Gerais, na Cidade Administrativa, realizou-se reunião com o objetivo de propor alternativas para a solução pacífica do conflito referente à ocupação Vila da Conquista – Bairro Havaí, localizada em Belo Horizonte-MG.

Lucas de Oliveira, Secretário Executivo da Mesa de Diálogo, abriu os trabalhos com uma rodada de apresentação dos participantes, conforme lista de presença anexa, que substituirá a assinatura dos presentes. Informa que recebeu a demanda via Sedpac – Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. Solicita aos moradores que expliquem em quais condições está a ocupação para que os presentes entendam a situação.

Roseli Goulart, da Vila da Conquista, conta que no local possui uma igreja construída há cerca de quatro anos. A área tem aproximadamente 19 mil m², ocupada por 51 famílias (Rua do Grotão) e 38 (Pampulha Vermelha). Explica que o local era um lixão, usado para desmanche de carro, ponto de drogas etc., mas, também, possui uma creche do Gedam – Grupo de Educação, Desenvolvimento e Apoio ao Menor. Esclarece que não têm outro lugar para morarem, caso sejam retirados da ocupação. Menciona os comprovantes de pagamentos realizados para limpeza do local. Diz que há casas que foram reconstruídas recentemente, o que foi usado pela empresa para fundamentar que se trata de uma nova ocupação.

Aldenir Viana, da Seda – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, pede para esclarecer sobre os processos.

Élcio Pacheco, advogado da comunidade, informa que tem uma ação de reintegração de posse na 33ª Vara Cível de Belo Horizonte, sob a titularidade do juiz Ricardo Veras (José Ricardo dos Santos Freitas Veras). Reclama que o processo está correndo em segredo de justiça, o que não condiz com o estabelecido pelo novo Código de Processo Civil, que determina a ampla publicidade nas ações possessórias coletivas. Apenas três ou quatro pessoas foram nominadas. Queixa-se que o juiz não usou os meios de comunicação para comunicar o processo. Pede que o Ministério Público intervenha nesses conflitos.

Lucas de Oliveira pergunta a data da reintegração de posse.

Diogo França, advogado da empresa Lima Drumond Comércio e Empreendimentos Ltda, explica em termos jurídicos que não possui data definida, apenas a liminar.

Argumenta que o processo não está mais correndo em segredo de justiça. Relata que as construções começaram em março. Explica que o morador residente do local há 13 anos, Senhor Ipólito, possui um Contrato de Comodato de Imóvel. Informa que foram citadas 25 pessoas, e algumas já possuíam endereço físico diverso.

Aylton Magalhães, da Defensoria Pública de Minas Gerais, fala que não sabe se o processo está público hoje.

Élcio Pacheco, conta que seu acesso é negado, mas conseguiu peticionar sem ter a permissão.

Dalva Nascimento, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC, explica o que viu quando visitou o local: uma ocupação na parte de cima e outra mais embaixo, localizada em uma espécie de aterro sanitário. Conta que os ocupantes fizeram uma limpeza no local. Fala que, com base na visita, elaboraram um relatório.

Élcio Pacheco questiona a validade do contrato do Senhor Ipólito, que foi feito em 2004, que, segundo ele já venceu.

Lucas Seibel, morador da Vila da Conquista, pede para que procurem os registros de Boletim de Ocorrência da região. Denuncia as ameaças de morte recebidas pelos moradores por “jagunços” que efetuaram disparos.

Ícaro Cabral, morador da Vila da Conquista, fala que a função social do terreno nunca foi cumprida, por conta dos prejuízos causados por ele. Confirma que os moradores receberam a visita de dois homens armados, se identificando como policiais e seguranças da empresa. Afirma ao advogado Diogo que são os mesmos seguranças que o acompanhou anteriormente em uma visita.

Cleber Geraldo responde negativamente à pergunta de Lucas de Oliveira sobre ter aberto Boletim de Ocorrência do acontecido.

Madureira diz que enviará e-mail para o 5º Batalhão de Polícia Militar para que verifiquem as condições do local. Pede aos moradores que façam denúncias pelo canal de atendimento 181. Assegura que por meio deste canal, de preferência por telefone público, o denunciante não precisa se identificar.

Os presentes reclamam que não são atendidos pela Polícia Civil, pois há preconceito com pessoas da ocupação.

Ícaro Cabral pergunta: antes do terreno ser ocupado quanto havia de débito de IPTU?

Rúbia Oliveira, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, fala que conhece a Ventosa, pois é moradora da região. Certifica que a ocupação tem mais de 4 anos, mas só agora é possível transitar pelo local, por conta da limpeza feitas pelos moradores.

Márcio Monteiro, morador da ocupação, confirma a visita dos seguranças. Complementa que, na ocasião, os visitantes queimaram construções. Fala que foi informado pelo advogado Diego França que seguranças seriam colocados no local.

Daniel dos Santos, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, fala que os proprietários não dão função social para as terras. Reclama que os ocupantes são, na maioria das vezes, pobres e negros, marginalizados pela polícia. Explica que a reunião é importante para que todos conheçam a realidade da ocupação.

Cleber Geraldo conta que é recorrente alguém reivindicar a propriedade do terreno. Reclama que a empresa pegou o nome de duas pessoas (as nominadas no processo) com a alegação de que seria para regularizar a situação da ocupação.

Lucas Gontijo pede para que conste na ata as falas da Dalva Nascimento (que visitou o local) e da Rúbia Oliveira (que confirma que a ocupação possui mais de cinco anos de existência). Reclama que não tem recebido o documento, e este foi o motivo que levou a PUCMG querer sair da Mesa de Diálogo. Pede ajuda para que essas ameaças de morte sejam averiguadas.

Major Madureira explica que como se trata de um acontecimento passado, torna-se competência da Polícia Civil.

Isabella Gonçalves, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, solicita avanço na construção de soluções. Reforça que está atestado que não se trata de ocupação nova. Pede para que a Dalva explique o que é “aterro”, termo usado em sua fala anterior.

Dalva Nascimento fala que é um tipo de “bota-fora”.

Isabella Gonçalves diz que vai acionar o Ministério Público e a Comissão de Direitos Humanos. Solicita a instalação de uma câmara técnica para discutir sobre as denúncias e as irregularidades do terreno. Pede para que a Mesa não só escute, mas estude alternativas para solução dos conflitos.

Lucas de Oliveira explica que nas cidades do interior do estado a Mesa de Diálogo tem apresentado sucesso nesse trabalho, mas em Belo Horizonte há uma resistência. Às vezes as negociações travam no movimento, outras, no município. Exemplifica com o caso da Fazenda Maranhão. Ressalta que a solução do conflito

não se baseia apenas em moradia, mas também em saúde, educação, segurança etc.

Lucas de Oliveira fala que planeja fazer uma câmara setorial envolvendo o cartório local.

Eduardo B. Deus denuncia a tentativa de suborno no valor de R\$ 150 mil feita pela empresa para “segurar a ocupação”.

Reginaldo da Silva, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, informa que tem interesse em saber se a empresa já foi autuada pela prefeitura, a situação do terreno antes da ocupação. Propõe a realização de uma audiência pública mista com a Câmara Municipal de Belo Horizonte e a Assembleia Legislativa para esclarecer as denúncias.

Suely Lisboa, critica algumas falas da empresa. Ressalta que ninguém se submeteria a morar em uma ocupação possuindo moradia fixa.

Edimar Gadelha, da Emater, pergunta sobre a cadeia dominial do imóvel e a possibilidade de desapropriação por parte do Estado com permuta de terreno.

Aldenir Viana sugere que o advogado da comunidade tente uma suspensão da liminar e uma “audiência de justificação e conciliação” imediatamente, pois será verificado todos os pontos apresentados para que o juiz conheça a realidade e dê a sentença.

Romero do Carmo solicita que o Ministério Público participe da câmara setorial.

Dalva Nascimento pede agilidade no cadastro das famílias. Coloca a Sedpac à disposição para ajudar. Sugere que seja enviado ao juiz um documento que ateste que já estão sendo procuradas alternativas para resolver o conflito.

Élcio pede suspensão da reunião durante 3 minutos para se reunir com os representantes da ocupação e com a Defensoria Pública.

Aylton Magalhães propõe adensar a comunidade no lado da Ventosa e liberar a maior parte do terreno que está na direção do bairro Havaí. Seria necessária uma delimitação geográfica que poderia ser feita pela Urbel.

Diogo França informa que levará a proposta para que a empresa analise. Concorde que foi contratada uma empresa de segurança, mas a Lima Drumond não pactua com atitude violenta. Com relação ao suborno, explica que a empresa não atua dessa forma. Informa que a empresa sempre foi notificada pela prefeitura para fazer

a limpeza do local. Sobre a eventual permuta com lotes do Estado, diz que também levará a proposta para análise da empresa. Complementa que a Defesa Civil emitiu um laudo, com base na topografia do terreno, que atesta que se trata de área de risco

Élcio Pacheco afirma que a partir da data nenhuma nova família entrará na ocupação. Apresenta um cadastro provisório de 55 famílias feito pela comunidade. Sugere que o Estado faça um novo cadastro. Sobre a área de risco, pede para que a UFMG e a Gabinetea possam averiguar a questão.

Lucas de Oliveira informa que o Estado fará um novo cadastro.

Lucas Gontijo fala que o Escritório de Integração do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas está sobrecarregado, mas pode fazer a consulta se ele pode atuar nessa negociação.

Isabella Gonçalves manifesta interesse que seja feito um contra laudo. Orienta a comunidade a acionar os parceiros para que isso seja feito, mas o ideal seria que o Estado o fizesse.

Rúbia Oliveira fala que o Arquitetos sem Fronteiras pode ajudar nisso.

Lucas de Oliveira pede para alinhar os encaminhamentos. Sugere uma visita técnica na área com a presença da Defesa Civil. Comunicará a todos a data da reunião da câmara setorial.

Diogo França informa que entrará em contato com o Senhor Élcio Pacheco por telefone, mas apresentará oficialmente para a Mesa de Diálogo a resposta da empresa.

Ao final da reunião foram pactuados os seguintes encaminhamentos:

- Instalar uma câmara setorial e convidar o cartório local, a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – Urbel, o Ministério Público-MG, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Secretaria de Direitos Humanos e Participação Social – Sedpac, Confederação Nacional das Associações de Moradores – Conan e PUCMinas
- A Mesa de Diálogo solicitará a Assembleia Legislativa de Minas Gerais para fazer a marcação de audiência pública mista (com a Câmara Municipal de Belo Horizonte) para tratar da questão fundiária
- A Mesa de Diálogo providenciará o cadastro dos moradores da ocupação

- O advogado Diogo França levará a proposta da ocupação Vila da Conquista para a empresa Lima Drumond analisar e responderá oficialmente para a Mesa de Diálogo e por telefone para o advogado da comunidade.
- O Estado fará uma visita técnica na área com a presença da Defesa Civil